



Comunicações do ISER

Número 66 - Ano 31 - 2012

AS MÁSCARAS DE GUERRA DA INTOLERÂNCIA



As máscaras de guerra da intolerância



FAVELAS

ENTREVISTA COM LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA

Entrevistadores: Felipe Berocan Veiga e Hélio R. S. Silva.



Em primeiro lugar, explicamos para Machado, como é conhecido entre alunos e no mundo acadêmico, o Dr. Luis Antonio Machado da Silva, quais eram os objetivos e o formato da revista e a entrevista se iniciou sem pergunta específica, com algumas considerações iniciais do Pesquisador e Professor Machado, um misto de sociólogo e antropólogo.

HRSS - Estamos tratando de um conjunto extremamente heterogêneo de alvos da intolerância

FBV - ... mas que vai nos ajudar também a compreender como sociólogos e antropólogos estão lidando com o problema da intolerância nos múltiplos contextos que eles estudam. É mais ou menos isso que nós estamos procurando ver.

MACHADO - Eu nunca pensei no que eu estudo a partir do eixo da intolerância. Não é uma entrada tradicional para mim. Eu

geralmente penso na questão das favelas (depois eu falo um pouco sobre isso) a partir do tópico, do aspecto da segregação territorial. Eu acho que é a maneira pela qual as pessoas de uma maneira geral, o senso comum, se a gente quiser dizer, lida com esse problema. A minha entrada na questão é a entrada que reconhece a base comum entre o senso comum e o senso comum especializado. Quando vocês começaram a falar de intolerância, aconteceu que, paralelamente, eu estou dando um parecer para um artigo submetido a uma revista inglesa da Routledge. O autor ou autora do artigo fala especialmente do que eu chamaria de segregação racial. É o seguinte: o tema do artigo é aquele “bafafá” que houve no Alemão, que saíram os garotos correndo há uns dois anos atrás. E acabou agora o Alemão ocupado pelo Exército. Mas o autor trata essa questão como sendo uma questão ligada à perseguição contra os negros. Ele quer relacionar o caso do Alemão com o preconceito racial produzido na forma da diáspora negra. Diáspora mesmo. É como se os negros tivessem um lugar físico e

material, obviamente na África. Isto não está dito no artigo, mas obviamente na África. E os processos históricos associados ao preconceito de cor levassem os negros a se espalharem pelo mundo através dos escravos e os processos naturais reproduzem as condições e preconceitos da diáspora histórica negra. Eu achei aquilo esquisitíssimo porque eu acho que não é isso. Eu vou recusar o artigo. Por que vou recusar o artigo? Porque o artigo vem junto com essa questão de vocês. Por isso estou me referindo ao artigo. O contexto intelectual para mim é o mesmo porque eu acho o seguinte: ao contrário da forma como eu costumava entender as favelas, o que é relevante na análise das favelas é que a territorialização da segregação permite uma incrustação de vários aspectos da segregação social, e eu estou pensando em segregação mesmo. Ou seja, a cor produz a favela, a segregação da favela produz a cor, ambas produzem uma certa cultura que produz a segregação por gêneros e a questão da homossexualidade e estas por sua vez reforçam a territorialização. Está tudo incrustado. Uma série de processos, cada um independente do outro, mas que fazem parte um do outro, do desenvolvimento interno. Não estou sabendo como dizer isso para um público amplo que não seja formado por cientistas sociais. Vocês provavelmente podem não concordar, mas entendem a idéia. Para que o público entenda essa idéia, esta precisa ser formulada de uma maneira que eu não estou conseguindo.

O público não reconhece, o senso-comum, as pessoas normalmente não reconhecem essa imbricação, normalmente não reconhecem a imbricação desses vários processos independentes de segregação. Reconhece um deles, no caso da favela, outro deles no caso da cor, outro deles no caso das mulheres e homossexuais etc. e tal, mas essa imbricação, um entrando por dentro do outro, isso não é reconhecido. Então fica muito difícil propor um rearranjo do entendimento para associar isso.

Eu acho que essa é a força do lugar de análise que seria a favela. Porque como ela condensa essas várias segregações que se explicitam

territorialmente, ela poderia ser um bom lugar para fazer uma discussão como essa, mas uma discussão como essa não está presente na literatura. Eu mesmo tenho cinquenta anos de estudos de favela e nunca tinha me dado conta de como é unilateral discutir favela em termos estritamente territoriais. Assim como é unilateral discutir preconceito de cor em termos estritos de uma diáspora negra, de um preconceito de cor autônomo, independente, generalizado, universalizado como está neste artigo.

Então eu estou num momento de muda intelectual provocada por vocês. Eu tenho que repensar a história das minhas próprias idéias com relação à favela. Não vou fazer isso aqui. Mas estou apresentando para vocês, como é que vocês me fizeram, vocês e esse artigo, pensar no significado mais amplo do meu próprio trabalho, menos unilateral do meu próprio trabalho. Até aqui sempre pensei a favela como um desdobramento, uma performance linguística de segregação territorial, cujo resultado é a segregação territorial. Mas não é só isso. Essa é uma visão tão unilateral quanto a do artigo que vou rejeitar e obviamente, rejeitando o artigo, seu autor terá todo o direito de rejeitar o que eu escrever. Porque é a mesma coisa.

Então, do ponto de vista da relevância do tema da intolerância, acho que o que a favela permite, o que a favela tem de importante é que ela permite repensar os vários processos de segregação que estão territorializados na favela, uns imbricados dentro dos outros.

FBV- Quais os que você ressaltaria?

Esses: os processos de segregação territorial, a segregação por cor, a segregação por gênero, a segregação por opção sexual, a segregação por segmento etário. São diferentes processos autônomos de segregação, mas que se concentram num determinado espaço material indicável linguisticamente. Há um signo, que é a favela, que permite olhar para esses vários processos imbricados de segregação que não

podem ser tratados como uma única. Não tem uma sobre-determinação, não tem uma determinação em última instância nesses processos. É isso que os torna complicados. E relevantes para serem pensados.

O reconhecimento dessas várias segregações - não é que seja corriqueiro - mas é mais ou menos compartilhado pela representação, pela auto-imagem da sociedade. Pode não reconhecer, pode ser favorável, mas todo mundo identifica como adequada a discussão de todos esses processos de segregação, mas sua imbricação não está no horizonte de nenhuma dessas discussões. Isso faz da favela um tópico da mais alta relevância do ponto de vista intelectual e do ponto de vista político. Do ponto de vista político, essa falta de entendimento coletivo e a ausência na auto-imagem da vida social dessas imbricações fazem com que os processos de segregação sejam cada um deles unilateralmente perseguido do ponto de vista político. Não há contato nenhum entre movimentos de bairro, movimentos feministas. Tem sim, mas não tem o negro no caso de movimentos de negros. É muito superficial, muito tênue essa interação. E o negro toma a territorialização da favela como expressão do preconceito racial. Continua sendo unilateral, mesmo quando está discutindo a favela como é o caso desse artigo a que estou me referindo. Está discutindo o processo específico da territorialidade da favela como se fosse uma expressão, um epifenômeno da diáspora negra. Então, também por isso, é extremamente importante. E aí eu posso voltar ao que eu tenho pensado etc. e ao fato de que a favela é um tipo muito particular de margem, que se produz junto com os processos de expansão do Estado, desenvolvimento da cidadania e esse tipo de coisa que a gente conhece. Temos conversado a respeito, tenho escrito sobre isso. O fato de a favela ser um processo de segregação territorial expõe o que a Veena Das diz de como o estado e as margens se produzem reciprocamente. De uma maneira geral, a reflexão, tanto sociológica quanto política da favela, tem pensado nas margens - por causa

da segregação territorial - em termos essencialistas. A favela se torna uma margem em que não há nenhuma distinção entre o signo e o processo efetivo ao qual o signo se refere. Estão colados. É uma forma objetivista de pensar a noção de margem a partir da Veena Das, pois ela diz textualmente que as margens não são geográficas, as margens são processos de constituição rotineira do Estado. O Estado se produz na medida em que as margens se produzem. Mas margem não é lugar físico, geograficamente determinado. Pode ser ou pode ser outra coisa.

Por isso existem artigos discutindo a venda de órgãos que não é uma coisa territorializada. Poderia ter artigos sobre a venda de drogas que não tem nada de drogas ilícitas e não tem nada a ver com bocas. É o caso daquele trabalho muito interessante daquela aluna do Michel, a Carolina Grillo. É um processo de venda, de comércio de droga ilícita, ecstasy, cocaína também, que não passa por bocas. Não está territorializado em margens geográficas. Está por dentro dos processos sociais.

A favela seria importante para recuperar essa compreensão. Para recuperar essa idéia maior de margem que está presente no livro da Veena Das. Normalmente, quando a gente aplica às favelas, a gente essencializa e objetiviza em lugares geográficos da periferia. Margem vira periferia. E aí o que é que isso pode significar em termos de uma discussão mais geral? Eu acho que esses processos de segregação são formas... Eu estou desbundando, depois vocês fazem o que quiserem com isso. Eu não tenho fôlego analítico e teórico e substância empírica para dizer o que vou dizer daqui por diante. O que eu disse até aqui eu seguro com a dificuldade de expressar, como eu já disse. Daqui por diante é desbunde mesmo porque não tenho fôlego analítico, o conhecimento teórico e a informação empírica para dizer o que vou dizer, mas vou dizer .

Eu acho que a gente poderia dentro de uma compreensão generalista que para mim é só



pano de fundo... Eu não estou interessado na generalidade, estou interessado nesses processos particulares, singulares, concretos de segregação. Minha vida inteira foi isso. Não sou micro, mas sou minimalista por história. Minha própria história é essa. Acho que a gente pode fazer uma conexão, dar um salto desse meu minimalismo da rotina, da vida cotidiana etc., pensando o seguinte: os principais dispositivos que garantem toda e qualquer hierarquia social são dispositivos de segregação, são dispositivos de social closure como Weber dizia. Só que ele falava de privilégios etc. e eu estou dizendo que todos os privilégios, por implicarem fechamento social, implicam em segregação de quem não está dentro dos grupos privilegiados. Hierarquia se forma assim, culturais, materiais, econômicas, o que quiser. Os processos de segregação são dispositivos intrínsecos da vida cotidiana que produzem as macro hierarquias sociais. Todo fechamento social, que é o coração da idéia de privilégio, é resultado de uma segregação. Quem está dentro está dentro, quem está fora não entra. Senão, não há hierarquia. E essa decisão de não deixar entrar quem está fora é uma decisão que vem de cima para baixo e se constitui na vida rotineira como segregação. É isso que a gente está discutindo então.

Mas, o que isso significa? Significa que a gente tem que pensar os processos de segregação como processos que desigualizam a igualdade humana, a identidade humana, o auto reconhecimento da humanidade comum, como a gente quiser formular isso. Ou seja, os proces-

sos de segregação encravam na vida cotidiana rotineira os processos de poder. Onde tem muita segregação e pouco reconhecimento da quantidade de segregação, a gente pode dizer que temos uma sociedade civil fraca. Para usar o termo de Gramsci, gelatinosa. Eu tenho um aluno que está fazendo uma tese de doutorado comigo. Ele é chileno, está discutindo o caso de uma favela chilena, muito antiga, muito tradicional, como o Borel aqui, mas muito diferente porque o Brasil não é o Chile, o Chile é uma sociedade muito menos gelatinosa que o Brasil. Ele apresentou num seminário essa idéia. Ele falou que vai tirar da tese porque levou porrada demais, não agüenta.

Ou seja, nós temos uma leitura generalista e republicana da falta de República no Brasil. É isso que permite afirmar que a sociedade civil no Brasil é forte. Ela é forte, mas é subjugada. Democratizar significa recuperar a força que a sociedade civil organizada não tem. Então você pode fazer uma leitura moderna e obviamente européia da sociedade civil brasileira, mas eu não sou otimista assim. Acho que o que essa visão faz é obscurecer os processos constitutivos do Estado. Porque o nosso Estado é um Estado fraco. Fraco porque não tem consentimento. O que tem são processos de segregação ao nível da rotina que decantam as hierarquias que acabam constituindo o Estado democrático de direito. Esse é o processo de produção das margens no Brasil lidas a partir da discussão de Veena Das. Nós temos uma sociedade civil fraca e temos por conta disso um Estado



fraco e a união entre a sociedade civil fraca e do estado civil fraco, essa duas fraquezas se complementam numa unidade que é semi-moderna, semi-republicana, porque antes de ser republicana, ela se expressa através da formação na vida social rotineira em termos de relações de poder cortados pelos processos de segregação.

O que nós estamos discutindo, quando se discute todos esses processos de segregação, é a necessidade que o estado tem de coagir para se constituir como estado incompleto. Não é incompleto no sentido de que não chegam bens de cidadania à sociedade civil. Não é incompleto por carência dos pobres. É incompleto porque é pouco institucionalizado. Não há um processo de constituição de hegemonia que articule a coerção com o convencimento. O melhor exemplo disso é que, durante boa parte da vida social e econômica do Brasil, o que a gente pode - espremendo tudo - e falar, em termos da história estrutural da sociedade brasileira, são dois processos. Um é o processo de transformação do patronato, do campo para a cidade. O patronato vira clientelismo. É a mesma coisa, mas com formas sociais muito diferentes. O conteúdo é o mesmo. O patronato não é o clientelismo. Mas é o que é aquela maneira de controle social e não político, mas de controle social levado para a cidade. Essa passagem para a cidade muda a forma. Por um lado isto e por outro lado um imenso processo de fortalecimento do Estado e da sociedade civil juntos. Não é

preciso ser gramsciano para dizer que os dois andam juntos.

A partir do final da guerra, anos 40, 50, o desenvolvimentismo (o desenvolvimentismo é a grande forma cultural da hegemonia brasileira no momento de fortalecimento do Estado e da sociedade civil). Quando acabam as condições econômicas de reprodução do desenvolvimentismo, a gente entra aqui no Brasil numa crise de hegemonia. A crise de hegemonia no Brasil está expressa no fato de que o crime violento sai dos interstícios. A expressão histórica da crise de hegemonia que não havia durante o período dos 50 anos de desenvolvimentismo se expressa na saída do crime violento, da violência explícita, cotidiana, rotineira dos interstícios da vida social. Mas isso é uma decantação, além das decantações da segregação social. Os vários processos de segregação. É a última instância da segregação. Por isso que acho que é tímida, é muito boa e empiricamente bem fundamentada, mas tímida, a idéia de sugestão criminal do Michel para explicar esse rolo de crime, favela etc.

HRSS - Nesse sentido, toda a discussão sobre a violência no Brasil hoje não é o resultado da maior intensidade da violência, mas, sim, de seu deslocamento?

É. Essas são as questões, que entrar na discussão sobre a segregação especificamente territorial, que é o caso da discussão da favela, que a entrada a partir da idéia de intolerância

permite, porque a intolerância corresponde em decantações sucessivas em que você tem um Estado moderno, forte, consistente, e uma sociedade civil atuante, vocal, de demandas, porém correspondente a uma fração muito pequena do conjunto da nacionalidade. Estou falando da nacionalidade não como conceito, mas como auto-imagem.

HRSS - Você tem alguma reserva com o uso dessa palavra, intolerância?

Não. Intolerância é um recurso intelectual, um dispositivo intelectual que permite pensar a imbricação entre os vários processos de segregação social. Eu nunca pensei meus casos de pesquisa a partir da noção de intolerância.

Eu sempre fui unilateral.

FBV - Pela segregação territorial

MACHADO - Por causa da segregação territorial, que era a minha questão. Mas a segregação territorial tratada isoladamente é uma forma extremamente unilateral porque ela está atravessada pelas outras segregações e vice-versa.

O que reclamo do autor do artigo sobre a favela negra é que a favela desapareceu na conversa dele. A favela é um epifenômeno. A minha favela, a minha favela territorializada. Esse é que é o quente, o desafio da idéia de intolerância. Eu fiquei viajando nessas questões. Aí tem outras coisas. A gente pode ver por outros caminhos. O que eu falei até aqui é a discussão diretamente política. Pensar em questões de hierarquia e de poder. É de poder que a gente está falando até aqui. Pode-se pensar em outros elementos constitutivos do poder, que não são o poder propriamente dito.

Porque quando você fecha no um, a partir de relações de poder expressas sob a forma de segregação. Se você tem por um lado o prestígio e por outro lado o fechamento, já diretamente Weber e a idéia de social closure dele, você

tem a configuração do clima das relações sociais que envolvem essas configurações, do fechamento, “eu reconheço que o cara é grande”, mas ao mesmo tempo Então a segregação produz uma decantação em que vai ficando fora cada vez mais gente vai ficando fora do fechamento. “Eu tenho dinheiro, mas além de dinheiro eu tenho saber, mas além de saber, eu tenho relações”. Você vai fechando cada vez mais. No final das contas, sobra um grupelho que é soberano. Mas tem muitos outros aspectos e outras interferências na vida social diária. Entre elas, uma que me interessa profundamente atualmente. Não é o tema da minha vida, mas atualmente estou interessado nisso. Esses processos de fechamento produzem duas pelo menos dimensões de relação de confiança. Uma é a confiança institucional em que as pessoas passam a confiar nas instituições que, ou regulam no sentido de ser uma negociação ou controlam no sentido de ser uma coisa coercitiva de cima para baixo os processos da vida cotidiana.

Esta confiança é institucional. Mas tem outra dimensão da confiança também que é a dimensão da confiança interpessoal. A confiança interpessoal está junto com, mas ao lado da confiança institucional. Uma não existe sem a outra, mas não são a mesma coisa. Eu posso ter confiança nos meus vizinhos, mas não ter confiança nenhuma nas instituições à quais eu e meus vizinhos estamos associados.

Eu posso, por exemplo, ter certeza absoluta de que o dono da boca não vai fazer nada comigo porque é meu amigão, embora não tenha nenhuma confiança no processo de comercialização de drogas ilícitas, que está relacionalmente institucionalizado. Esses processos de segregação, de incrustação das relações de poder na vida cotidiana passam por alterações e rearranjos nessas relações de confiança. Uma das razões pelas quais a sociedade civil brasileira é frágil é que a fortíssima inexistência de confiança institucional tem contaminado barbaramente a confiança interpessoal que está em franco declínio, que

é quase inexistente. Toda essa discussão do Bauman, de afastamento do outro, toda essa discussão do Bauman é isso, posto no nível da filosofia social. E toda a minha discussão sobre a degradação da organização política a partir de questões unilaterais, territoriais nas favelas é isso também.

As associações de moradores não estão mais fundadas como foram numa relação interpessoal de confiança muito intensa. O que não implicava dizer que as lideranças fossem sempre criticadas pela base porque as bases achavam que elas estavam querendo comer as bases pelas beiradas. Mas isso é natural, pois isso ocorre em qualquer organização política: as bases desconfiarem institucionalmente de suas lideranças. A lei de ferro da oligarquia. Por isso eu acho que tem uma parte dessa discussão especificamente política. Menos uma discussão das relações de poder e mais uma discussão de organização social da rotina local, que para mim seria uma forma, a partir da discussão dos efeitos da tolerância, de pensar como poderia ser politicamente viável uma intervenção no sentido de fortalecer a sociedade civil. Processos capilares, moleculares, que nome se queira dar, de recuperação da confiança interpessoal como fundamento necessário, mas não suficiente, da confiança institucional e, especificamente, as UPPS como uma chance, não um fato, mas uma possibilidade de expansão da confiança institucional, propriamente dita. Não implica numa confiança absoluta na política, mas implica em uma redução da desconfiança na atuação do Estado, o que é muito significativo do ponto de vista da confiança institucional. E isso, desafogando a vida social e reorganizando o quadro institucional da vida cotidiana, pode favorecer por sua vez o fortalecimento da confiança interpessoal que blá blá blá, que blá blá blá ...

FBV - Embora a intolerância contra as favelas não se restrinja como você tem apresentado aqui à segregação territorial, eu gostaria de perguntar como essa segregação territorial no

caso das favelas se manifesta.

MACHADO - Certamente há um processo de segregação territorial que tanto produz as favelas quanto produz o Estado do qual as favelas fazem parte. Esses processos têm mudado bastante historicamente ao longo de como se compreende as favelas, não como realidade, mas como signo em referência à realidade, porque elas foram durante muito tempo um lugar de desorganização social e familiar e aí processos de estigmatização passavam por processos de domesticação dos favelados. O grande exemplo disso é a compreensão da igreja católica sobre as favelas nos anos 40, a partir dos anos 30, a partir do Getúlio. “Vamos subir o morro antes que o morro desça” quer dizer isso: vamos domesticar as favelas. Esse é um primeiro momento. Aí a favela não era um perigo, a favela era um peso. O Robert Castels escreve sobre isso. No momento da organização feudal da vida social local, os mendigos eram um problema para a localidade porque eram reconhecidos, mas ao mesmo tempo precisavam ser lidados localmente. Ninguém podia deixar mendigo morrer. Era essa mais ou menos a compreensão nesse momento em que a segregação se manifesta como domesticação. E nesse momento a favela não era um perigo, era um incômodo.

Vou fazer uma história estrutural. Tem um segundo momento em que ocorre uma modificação da favela como representação coletiva, em que a favela se torna um perigo. É aí que surge essa idéia, “vamos subir as favelas para a favela não descer”. Mas ela já está enraizada lá na idéia de fraternidade cristã, “vamos ajudar os pobrezinhos”. Só que agora não é só ajudar os pobrezinhos e sim “vamos segurar os pobrezinhos”. Eu acho importantíssima essa qualificação de polícia institucional, de estruturas sociais se expressando na vida cotidiana e estruturas sociais são sistemas institucionais e sistemas institucionais são foco da atividade auto reconhecida como política

FBV - Coincidindo com o desenvolvimentismo ...

Coincidindo com o desenvolvimentismo. Aí você tem as favelas como perigo no quadro do desenvolvimentismo, ou seja, é um perigo político... político institucional. Depois você tem um terceiro momento em que as favelas como signo, como representação social passam a se referir a outros processos. Não são os processos políticos institucionais. São as rotinas da vida cotidiana. As favelas continuam sendo um perigo, mas agora não mais um perigo de ruptura revolucionária, mas um perigo na continuidade da rotina cotidiana. É brutal a aproximação e o reducionismo dessa segunda idéia de perigo. É outra compreensão. Essas diferenças estão por ser feitas. Eu, volta e meia, penso em fazer porque eu tenho um monte de material sobre isso, mas é muito complicado. É melhor a gente chegar logo aos finais. Então você tem esse terceiro momento em que as favelas passam a representar um perigo imediato na vida cotidiana.

É aí que os processos de segregação vão se intensificando. A dimensão coercitiva da segregação... Segregação, preconceito, estigma, eu não faço muito diferença a respeito disso. São diferentes perspectivas teóricas de estudar os mesmos processos moleculares das relações sociais. Há um movimento de aumento da dimensão coercitiva associado aos processos de segregação, que tem a ver com o desenvolvimento da crise de hegemonia.

Quanto mais fragilizado fica o Estado mais porrada pinta. Essa relação entre coerção e consentimento se desequilibra justamente na crise da hegemonia. O estado para se manter tal como ele é precisa de dar porrada. Não há convencimento possível. É assim que eu vejo o caso específico da segregação territorial. Mas por causa de vocês eu acho que esse é um processo que se realiza tanto diretamente quanto indiretamente através de outras formas de segregação que entram como dispositivos de poder segregador da segregação territorial. Negro apanha mais do que branco, morre mais do que branco, mata mais do que branco. Se tem aí processos de segregação pela cor.

Mulheres morrem menos, mas mulheres são muito mais objeto de coerção dos homens do que eram antes. Qualquer baile funk está aí para ser visto. Eetc: não vou ficar chovendo no molhado. O que eu tenho mais informação, não por causa da realidade ser mais complicada, mas por causa da unilateralidade da minha aproximação dessas questões são os processos de segregação territorial e o aumento da coerção dos processos de segregação territorial.

O exemplo mais brutal dessas mudanças é o retorno da idéia de remoção. No desenvolvimentismo, a remoção foi um elemento, mas foi um elemento agregador das margens muita mais do que qualquer outra coisa e com o fim do desenvolvimentismo, a remoção volta com toda força e com uma argumentação racionalista fortíssima. A economia e o ambientalismo são os grandes dispositivos de segregação pela via ambiental. A idéia dos muros é uma idéia de fundo ambiental. Não é uma idéia de fundo policial. É o ambientalismo que permite a posição de uma justificação como essa do muro. O retorno da remoção é um exemplo muito grande para isso. Há argumentações que implicam processos de segregação territorial, mas com relação aos quais os próprios territórios não estão envolvidos como atores. Estão envolvidos como objetos, mas não como atores. No caso da remoção com argumentação ambiental, a remoção não é contra os favelados, não. É a favor do meio-ambiente. E não se trata de favela, é de meio-ambiente que se trata. E a idéia de produção da cidade mercadoria em que você tem a favela como um peso econômico. Ela precisa ser ou removida ou transformada por conta da necessidade de produzir a cidade mercadoria. E aí entra toda a discussão sobre os grandes eventos de 2014, 2016.

FBV – No caso dessa terceira fase da segregação territorial, que é basicamente voltada para a questão cotidiana, uma oposição às formas cotidianas da favela, você poderia explicar um pouco mais as características dessa forma de segregação que é justamente a do momento

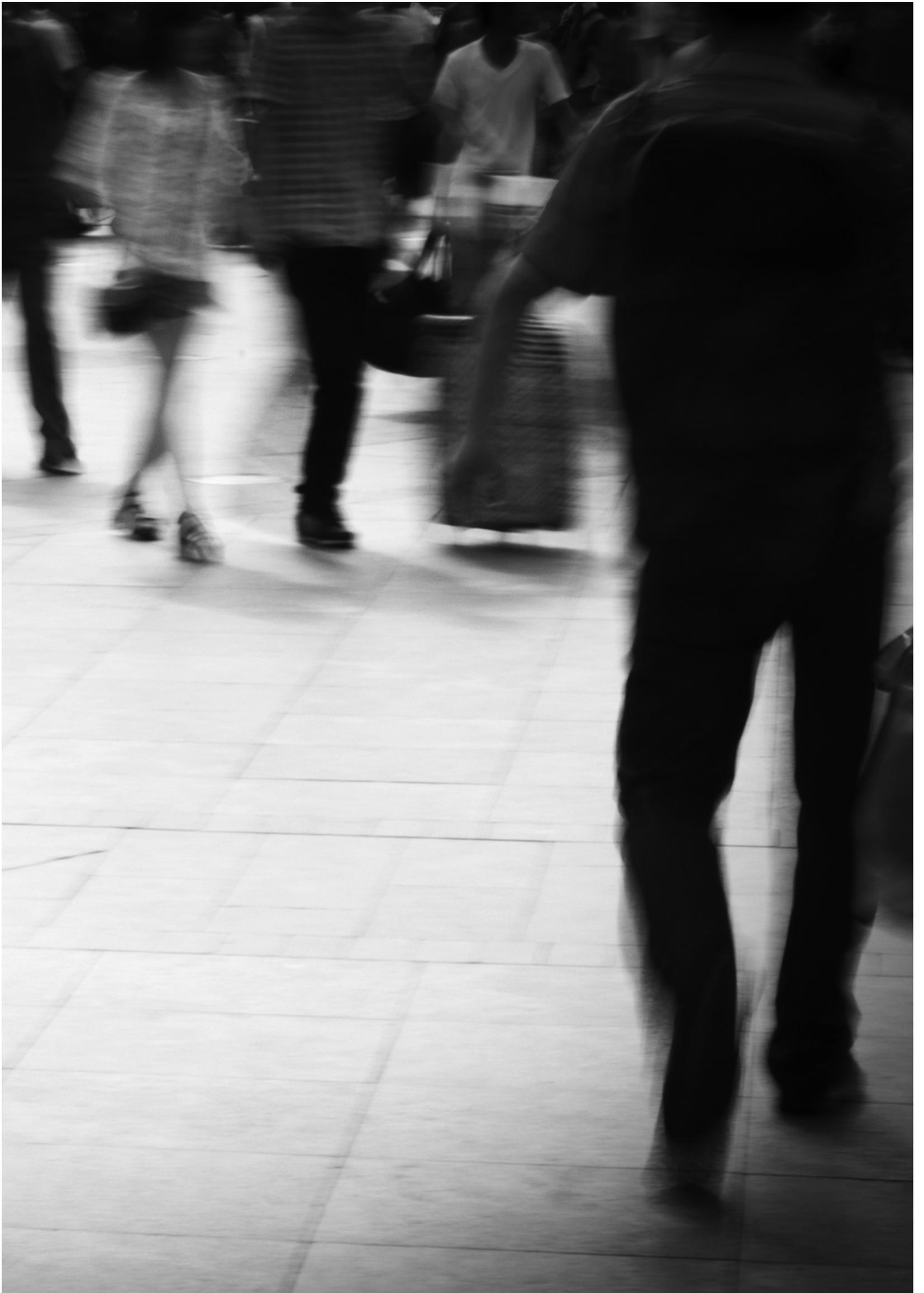
atual?

MACHADO - A segregação territorial nesse terceiro momento mais coercitivo põe a polícia no centro da questão. Justamente porque é um momento de exacerbação da coerção. A polícia está aí pra isso. Ela não está aí para isso só em termos de sua condição social, mas também em termos das expectativas sociais e políticas sobre para que serve a atividade policial como atividade institucional e a auto-imagem dos próprios policiais sobre o que é ser policial. Tudo isto está junto na idéia de coerção policial. O que ocorre com a interferência da polícia na vida cotidiana.

Primeiro é uma expressão da saída do crime dos interstícios da vida social .. resultado da crise da hegemonia etc , ponto mais abstrato geral da questão. Segundo porque os processos de transformação da linguagem que constitui as favelas passa por uma idéia matriz que é relativamente recente, deve ter uns trinta anos. Já marquei isso no primeiro governo Brizola, 1983. É uma espécie assim de marco histórico disso em que se desenvolve uma idéia de violência urbana. O que tem a ver com o tratamento dado pelo Brizola às favelas e tem a ver também com a imagem pública do Brizola junto à classe média que se constitui em referência matriz de uma linguagem que é a idéia de violência urbana. Seu significante é o que eu chamo de sociabilidade violenta. Ao mesmo tempo em que os processos políticos institucionais estavam levando Brizola ao Governo e fazendo com que Brizola conversasse com os trabalhos sociais, suspendendo as operações policiais na favela, nesse mesmo momento as bocas passavam a funcionar cada vez mais na base do que eu chamo de principio da força. É um padrão de organização social muito particular que eu chamo de sociabilidade violenta porque ela não impede o desenvolvimento ao longo do tempo de relações sociais, mas põe esse desenvolvimento como tendo por base a demonstração de força. É por isso que estou lendo Deleuze. O sadismo para Deleuze é demonstrativo, não

é argumentativo. É a demonstração de força. Eu chamo isso de sociabilidade violenta. É um padrão típico ideal de organização e funcionamento das bocas. Típico e ideal porque é o núcleo duro do funcionamento das bocas. Tem uma nebulosa em volta que não funciona exatamente dessa maneira, mas reconhece o centro da organização social, do comércio de drogas ilícitas como sendo a sociabilidade violenta. Mesmo que o sujeito não participe pode-se chamar isso de uma nebulosa e aí esse significante da idéia de sociabilidade violenta enraíza empiricamente a adequação cognitiva da noção de violência urbana. Ali está efetivamente a violência urbana e eu posso argumentar empiricamente sobre a existência de uma sociabilidade violenta que precisa ser eliminada. Ela não precisa ser domesticada e nem pode. Ela não precisa ser policialmente controlada. Ela tem que ser eliminada. Perfeitamente compatível essa idéia de violência urbana com o que eu acabei de dizer sobre o terceiro estatuto do preconceito contra a favela. É empiricamente inquestionável que a sociabilidade violenta está empiricamente localizada nas favelas. Há uma sustentação empírica do significado dessa forma particular de coerção social pela polícia que é inquestionável. Por mais que a esquerda, mais ou menos radical, afinal somos todos comunistas, nós todos não gostemos dessa idéia, é indiscutível que boca, sociabilidade violenta e favela têm uma relação absoluta de proximidade, de contigüidade física, geográfica, material, concreta. Não há boca fora da favela. Não pode ter. A favela conta com modos, formas físicas, materiais que favorecem a logística de controle territorial envolvida nas relações de força. Vamos fazer o que?

A consequência disso é que a favela como signo da violência tem toda razão de ser empiricamente. A socialização da idéia de violência urbana é muito forte. É por isso que ela expressa uma crise de hegemonia. [X - "Não é possível não pode matar bandido não, vamos tentar recuperar bandido"/ Y - ... mas o cara matou dez, dos dez, sete eram amigos



personais. Ele não matou simplesmente, botou dentro de um pneu e tocou fogo, cortou a cabeça, colocou dentro de um pneu, furou o olho você quer recuperar um maluco desse?] Não dá para convencer. É brutal a capacidade de auto-reprodução dessa matriz de violência urbana. Ela explica todo o vai e vem político que favorece muito claramente o vai e vem político dos programas institucionalmente propostos e politicamente justificados de atuação institucional da polícia. Independente disso, todos os programas estatais de intervenção policial favorecem cada vez mais a coerção ou por outras vias do processo de corrupção que tem a ver com a delegação da sociedade para fazer o trabalho sujo, então vamos sujar mesmo. Independente disso todos os programas estatais de intervenção policial favorecem cada vez mais a coerção, ou a coerção policial explícita e direta ou a coerção por outras vias. Todos os programas de governo, de ONGs, de parcerias entre governo e ONGs se apresentam como forma de redução da criminalidade violenta. Tem um amigo meu que foi aluno da Faculdade do Paraná que tem uma expressão ótima, “policialização das políticas sociais”. Ou é a coerção policial diretamente... A Sonia Fleury chama de “militarização”. É a mesma coisa. Mas é menos bonita e menos empírica também. Todos esses processos indicam o aumento da coerção policial e indicam a adequação entre o entendimento da vida social e a referência objetiva da vida social. Está colado o signo com a realidade numa forma difícilíssima de separar. O que é que acontece ao longo desse tempo? Viver uma crise de hegemonia prolongada como essa sem projeto revolucionário é infernal. Porque a gente, toda a sociedade, todo mundo vive uma situação como essa como uma situação desesperadora, um beco sem saída. A gente tem medo de tudo, tem medo do outro, não está satisfeito com a própria vida nunca. Não gosta de mais ninguém. Só gosta do cara ao lado se for igual a você. As expectativas ideais de relações sociais são de uma solidariedade mecânica que não tem lugar no ano de 2012. A gente está emparedada. O conjunto da sociedade, o clima social é um

clima de desconforto, desespero. Expressa que a crise da hegemonia está crescendo. É como se a gente estivesse com uma certa disposição, sim, [“a gente está pobre, mas pelo menos vamos viver mais relaxadamente, não vamos viver com medo da sombra”].

Isso produziu um estalo de Vieira, que eu não sei como explicar historicamente muito bem isso, que foi a idéia de UPPs. Uma tentativa - dentro do quadro da noção de violência urbana, da realidade da sociabilidade violenta - de recuperação da confiança institucional e, indiretamente, da confiança interpessoal por conta da recuperação da confiança institucional.

Parece que não está dando muito certo. Estamos terminando a pesquisa que estamos fazendo e a gente está brigando muito. Não temos uma opinião consensual nem vai ter. Por isso a gente vai produzir uma coletânea. Mas em minha opinião, meu ponto de vista pessoal, a partir das informações colhidas por todo mundo, houve um erro estratégico. O brutal apoio da mídia e a espetacularização das UPPs são indiscutíveis. Não há como discutir isso. Escondeu muita crise, mas essa “muita crise” não nega o fato de que houve uma aprovação hiper-maciça. Eu não me lembro de um programa social com tanta aprovação social quanto as UPPs.

FBV - Dentro e fora das favelas ...

MACHADO - Dentro e fora das favelas. No conjunto. Possivelmente, e isso é uma especulação, não há informação empírica e não foi erro da pesquisa. É que não dá para saber isso, mas isso implicitamente provocou nos administradores do programa uma autoconfiança muito grande. Como se tivessem a capacidade de efetivamente mudar as coisas a partir da implantação das UPPs. Esqueceram-se de que todos os programas passam por um processo de rotinização, o que já foi explicado por Weber no começo do século xx. Nós já estamos num momento bem adiantado do processo de

rotinização do programa das UPPs. Então eu acho que os administradores deram um tiro no pé porque acharam que seriam capazes de controlar a vida cotidiana nas grandes favelas, no Alemão e na Rocinha. Não estão conseguindo. Retorna a desconfiança institucional aos programas do governo sob a forma de uma explicitação cada vez mais ampla e mais presente na mídia da brutalidade policial e tal. Embora haja muitos erros das bases faveladas. A semana passada eu tive um seminário na PUC que aquele rapaz do alemão que é muito boa cabeça um sujeito super articulado, bem enraizado na comunidade, de esquerda, um cara muito bom, o trabalho dele é muito bom. Mas disse na minha frente que a violência não mudou no Alemão. Fiquei estarecido. A violência mudou no Alemão. Morre gente no Alemão? Morre. Tem tráfico? De montão. Mas não é a milésima parte do que foi antes da entrada do Exército lá. Há coerção? Há. Mas a letalidade que definia o que era entendido tempos atrás na vida do Alemão, tanto por quem morava lá como por quem morava fora, mudou bastante e os caras não reconhecem isso. Mas eu acho que mudou, mas houve um tiro no pé e agora, de um lado pela rotina e por outro lado do insucesso, pelo menos temporário, do controle da rotina cotidiana nas grandes favelas, a UPP está arriscada a ir pro brejo.

HRSS – Essa idéia de estigmatização o preconceito, que demarca que evita não é por aqui que se anda o desconforto revelado pelo favelado em relação ao trânsito na cidade há um cotidiano tematizado o que você acha disso. Como se a cidade não fosse o mundo dela. Não entro no CCBB, não entro no Teatro Municipal. Há um cotidiano que é tematizado muito por parte do lo jovem.

As pessoas circulam pouquíssimo. A circulação é muito mais restrita do que pelo menos eu pessoalmente imaginava. No passado os favelados tinham alta mobilidade urbana. Só que ela era seletiva. Eles freqüentavam os circuitos familiares. Era uma alta mobilidade entre favelas e entre as favelas e as periferias.

Agora nem isso porque a mobilidade, tanto entre as favelas e das favelas para a periferia, começa a ficar perigosa por conta da associação dos territórios com as facções. Agora a coisa mudou por conta do perigo representado pela sociabilidade violenta. Tanto nas periferias quanto nas favelas. Pior do que isso é o fato de que as pessoas, por conta desses processos de segregação de que falei o tempo todo, as pessoas, principalmente os jovens, se sentem ameaçados. Não conhecem a cidade. Conhecem pessimamente a cidade e, além de não conhecer a cidade, se sentem profundamente ameaçados de procurar informações. Se eu for a um lugar que não conheço, eu vou porque pergunto.

FBV - Tem a confiança interpessoal, num nível ...

MACHADO - Você se sente com direito de circular pela cidade, eles não. E aí eles têm muita dificuldade em pedir informação. Tem uma menina num grupo focal que nós fizemos. O pai parece que era chofer de taxi, eu acho que ele era porteiro, eu não sei por que, mas o pai conhecia muito bem a cidade.

Quando ela estava perdida, o que era muito comum porque ela estudava longe de casa e trabalhava noutra direção estudava também ela não perguntava nada a ninguém, ela telefonava para o pai. Eu acho que esse esgarçamento da vida social e que é o fundo do que estou falando e o Bauman fala disso o tempo todo, repete isso demais na minha opinião, eu não leio mais ele eu acho que esse esgarçamento da vida social que o Bauman fala tanto, demais e tudo a mesma coisa de um outro ponto de vista um período de crescimento, hegemonia desenvolvimentismo, que nome a gente queira dar muito novo. A mobilidade pela cidade que era uma expressão da incorporação da cidade pelas camadas subalterna está muito pontualmente localizada, desculpe a palavra de novo, territorializada na forma de uma segregação que produz um depósito que se decanta na favela. O cara só conhece

sua favela correspondente à facção onde está a casa da pessoa. Se tiver uma favela com mais de uma facção brigando e tiver um amigo do outro lado, não vai não.

O caso por exemplo da Maré e de muitas outras.

Isso se manifesta numa espécie de saudosismo do baile funk porque o baile funk costumava ser um dos poucos lugares onde as pessoas se misturavam. Os melhores bailes funks eram liberados para todas as facções pra todo mundo e agora com as UPPs... Então os garotos “agora não tem mais nada que fazer”.

FBV - Como é que a intolerância contra os favelados se manifesta mais premente? Quais são os casos emblemáticos que você se lembra na história no Rio de Janeiro?

MACHADO - Não precisa falar em caso emblemático, pode-se falar no caso genérico que é a absoluta desconfiança nos processos em qualquer localidade, em qualquer contexto em que as localidades podem se apresentar. O que as lideranças falam, especialmente principalmente a são tomadas como conivência. Acabou.

Aquela idéia que deu origem à pesquisa do livro, “rompendo o cerceamento da palavra”, que era o nome do projeto continua fazendo sentido porque a palavra está cerceada. O favelado só pode dizer que vai constituir uma ONG para evitar a entrada do jovem no crime. Se disser qualquer outra coisa ninguém ouve. E se ouvir vai dizer: tá vendo, o tráfico tomou conta da Associação”. Acabou. Por isso é que nós estamos bolando esse seminário. Eu estava dizendo antes de você chegar que nós estamos bolando, nosso grupo com o grupo da Sonia Fleury, um seminário para botar morador para botar morador para falar, misturar pesquisador com morador. Mas a idéia é botar lideranças de bairro falando com a legitimidade de compartilhar a fala com o pesquisador. Eles falam entre eles falam para

os jornalistas, mas não têm um espaço público de vocaliação que está totalmente fechado. E é mais tanto uma expressão como um dispositivo que impede a organização da sociedade civil. A sociedade civil está espremida pelo tráfico e pela desconfiança.

HRSS - Que imbróglio

MACHADO - Sobre intolerância nunca falei. Estou falando agora, mas as outras coisas todas eu falo há séculos. Sempre que falo, há também sempre alguém que se levanta lá da platéia e diz “mas você é muito pessimista”. Eu sou, ora. O que é que eu vou fazer?

FBV - A realidade te leva a uma posição pessimista.

MACHADO - Não é só o movimento sindical que está batendo na parede. É todo o movimento social. Crise de hegemonia é isso.

FBV - Mas, enfim, você falou que pelo menos eles têm a mídia como local de fala, mas mesmo a mídia ...

MACHADO - Eles não têm a mídia como local de fala não. Eles criticam para os jornalistas. Isso é diferente de dizer que a mídia é receptiva ao que eles dizem.

FBV - Era isso que eu ia mencionar. A mídia também é o local de fechamento da palavra. Vai usar a fala do líder comunitário, da favela só para legitimar pontos de vista também excludentes, muitas vezes. Eu estou satisfeito.

HRSS - Eu também.

MACHADO - Eu estou mais satisfeito do que vocês dois. A idéia de intolerância, a palavra me acionou essa coisa que falei no começo da conversa aqui, que pra mim é muito nova. Eu vou levar um tempo pensando nisso. Um bom tempo pensando nisso.